



CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO PÚBLICA DA CÂMARA N.º 15/26, DE 23 DE JULHO DE 2026

PARTICIPANTES:

Sr. Presidente da Câmara, Dr. Ricardo Manuel Oliveira da Silva Cruz

Sra. Vereadora, Dra. Susana Margarida Macedo Mendes

Sr. Vereador, Dr. Carlos Manuel Maceira de Campos

Sra. Vereadora, Dra. Elisa Mónica Paiva Figueiredo

Sra. Vereadora, Eng.ª Daniela Filipa Fonseca Batista

Sr. Vereador, Dr. Luís Filipe de Jesus

Sra. Vereadora, Dra. Alexandra Paula Pereira Cardoso de Moura

Pelas quinze horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, o Senhor Presidente da Câmara, Dr. Ricardo Manuel Oliveira da Silva Cruz, deu início à reunião, cumprimentando todos os presentes e os munícipes que acompanhavam a transmissão online.

AUDIÇÃO DO PÚBLICO

O Senhor Presidente da Câmara deu início ao período de Audição do Público, informando que se encontravam inscritas quatro Munícipes.

Intervenção do Senhor Arlindo Abreu Duarte Ritto

O Senhor Arlindo Ritto começou por expor três situações que considerava carecerem de intervenção do Município. A primeira dizia respeito aos danos provocados pelas intempéries na zona de Casal da Velha, onde referiu que a destruição de manilhas tornou um caminho intransitável. Em segundo, alertou para o estado de degradação dos caminhos florestais na zona da Raposeira / Gualdim, afirmando que não eram alvo de manutenção há vários anos. Por último, referiu a inexistência de passeio junto à sua habitação, após o recuo do muro realizado em conformidade com as exigências urbanísticas, bem como a permanência de sinalização provisória junto ao seu portão, apesar de já terem sido repostos os cabos de telecomunicações.



CÂMARA MUNICIPAL

Em resposta, o Senhor Presidente esclareceu que os danos resultantes das intempéries continuam a ser objeto de avaliação e candidatura a financiamento, encontrando-se o Município a aguardar a respetiva validação por parte das entidades competentes, sendo as intervenções realizadas de acordo com as prioridades definidas pelos Serviços Municipais de Proteção Civil. Relativamente aos caminhos florestais, informou que a sua manutenção obedece a um plano anual de trabalhos e que o Município reforçará os meios disponíveis através da aquisição de nova maquinaria, não estando, contudo, em condições de garantir a execução das intervenções solicitadas durante o corrente ano.

A Senhora Vereadora informou que a reclamação apresentada pelo munícipe já havia sido objeto de fiscalização pelos serviços municipais, encontrando-se o caminho identificado na programação de futuras intervenções, sem prejuízo das prioridades definidas. Acrescentou ainda que se encontrava igualmente em análise a situação de uma plantação de eucaliptos existente na zona, no sentido de verificar o respetivo enquadramento legal.

Intervenção da Senhora Conceição Rocha

A Senhora Conceição Rocha reportou uma situação de infiltrações de água na sua habitação, localizada em Pereira, na Freguesia de Mouronho. Recordou que apresentou reclamação junto do Município há cerca de um ano, e que, após diversas diligências e intervenções técnicas, foi recentemente efetuada uma nova intervenção na caixa de águas pluviais existente na via pública, não se tendo verificado novas infiltrações desde então. Questionou, contudo, se o processo seria arquivado e de que forma seria acompanhada a situação caso o problema voltasse a ocorrer.

A Senhora Vereadora esclareceu que o processo ainda não seria encerrado, encontrando-se em fase de monitorização, uma vez que importa confirmar, após a intervenção efetuada, se a origem da infiltração ficou definitivamente resolvida. Explicou igualmente que parte do problema identificado esteve relacionada com ligações indevidas de águas domésticas, situação que originou os respetivos processos de contraordenação, mantendo-se o acompanhamento por parte dos serviços municipais.

O Senhor Presidente reforçou que o Município continuará a acompanhar a situação, esclarecendo que, caso o problema volte a verificar-se, o processo poderá ser reaberto,



CÂMARA MUNICIPAL

mantendo-se o acompanhamento técnico necessário, manifestando o desejo de que a intervenção recentemente realizada tenha resolvido definitivamente a ocorrência.

Intervenção do Senhor Fernando Rocha

O Senhor Fernando Rocha solicitou esclarecimentos sobre a entidade responsável pela limpeza das ruas na localidade de Pereira, na Freguesia de Mouronho, e sobre a responsabilidade pela reparação de muros confinantes com a via pública que tenham ruído. O Senhor Presidente esclareceu que, no âmbito da descentralização de competências, a limpeza das vias públicas compete, em regra, à Junta de Freguesia, sem prejuízo da colaboração que o Município presta sempre que necessário. Relativamente aos muros, explicou que a responsabilidade pela respetiva reparação pertence aos proprietários privados, exceto nas situações em que estejam em causa muros de suporte ou outras infraestruturas cuja responsabilidade recaia sobre a entidade pública competente.

Após o munícipe identificar concretamente um muro existente na Rua do Simão, o Senhor Presidente comprometeu-se a solicitar aos serviços municipais a verificação da situação.

Intervenção do Senhor Eng.º Bruno Santos

O Senhor Eng.º Bruno Santos manifestou preocupação relativamente ao eventual encerramento do Jardim de Infância de Espariz, defendendo que uma decisão desta natureza deveria ser precedida de uma ampla discussão pública e sustentada por critérios técnicos, pedagógicos, demográficos e financeiros devidamente fundamentados. Considerou que os estabelecimentos de educação pré-escolar constituem equipamentos estruturantes para a fixação de população nas Freguesias, defendendo a adoção de medidas de incentivo que permitam aumentar a sua frequência e sugerindo, caso o encerramento venha a revelar-se inevitável, a reconversão do edifício para outras respostas de apoio à infância, designadamente uma “Creche Feliz”.

Continuou solicitando ainda esclarecimentos sobre o contrato celebrado pelo Município para assegurar o transporte escolar das crianças da União de Freguesias de Espariz e Sinde.

Em resposta, o Senhor Presidente esclareceu que a Câmara Municipal não procede ao encerramento de Jardins de Infância, explicando que a organização da rede escolar resulta da articulação entre o Agrupamento de Escolas, a Direção-Geral dos Estabelecimentos



CÂMARA MUNICIPAL

Escolares e o Conselho Municipal de Educação, sendo as decisões tomadas em função das inscrições existentes, dos critérios pedagógicos e da sustentabilidade da rede educativa e nunca numa lógica economicista.

Mais referiu que este assunto há muito que vem sendo estudado e abordado com a União de Freguesias e que tal era do conhecimento do munícipe Bruno Santos, porquanto exercia funções de responsabilidade no mandato anterior, enquanto Presidente da Assembleia de Freguesia e avençado da mesma, que tinha acesso a toda a informação que foi trocada no âmbito deste assunto.

Esclareceu que a União de Freguesias de Espariz e Sinde dispõe de capacidade para acolher todas as crianças inscritas num único estabelecimento de educação pré-escolar, considerando não ser pedagogicamente adequado manter duas salas com reduzido número de alunos, nomeadamente num espaço com apenas 6 alunos (Espariz) e no outro com 12 (Sinde), sendo na sua globalidade um número que não completa a capacidade máxima de uma turma, nomeadamente 25 alunos. Acrescentou que o Município sempre manifestou disponibilidade para, em articulação com a União de Freguesias, encontrar uma solução para as instalações que eventualmente deixem de ser utilizadas.

Relativamente aos transportes escolares, esclareceu que o Município assegurou a continuidade do serviço após a União de Freguesias deixar de o prestar já no decorrer do ano letivo, tendo sido necessário recorrer, de forma transitória e excecional, à contratação de transporte em táxi até à entrada em funcionamento da nova viatura adquirida para esse efeito.

A Senhora Vereadora Susana Mendes acrescentou que, para o ano letivo de 2026/2027, a União de Freguesias de Espariz e Sinde regista um total de dezoito crianças inscritas, sendo 12 oriundas dessa União de Freguesias, número que permite o funcionamento de uma única sala, recordando ainda que a reorganização da rede pré-escolar constitui uma matéria que foi anteriormente discutida no âmbito da Carta Educativa e dos órgãos competentes.

Usou ainda da palavra o Senhor Vereador Luís Jesus, que apelou a uma abordagem construtiva da questão, reconhecendo a necessidade de assegurar respostas educativas adequadas às crianças e defendendo que as instalações possam, no futuro, ser adaptadas a outras valências úteis para a freguesia.



CÂMARA MUNICIPAL

O Senhor Presidente concluiu reafirmando que qualquer decisão será tomada exclusivamente em função do superior interesse das crianças, garantindo que a União de Freguesias de Espariz e Sinde ficará com uma resposta educativa pré-escolar, manifestando disponibilidade para continuar a dialogar com os órgãos autárquicos locais na procura das soluções mais adequadas.

I - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente começou por dar nota da ausência do Senhor Vereador, Dr. António Oliveira, por motivos pessoais, e do Senhor Vereador, Eng.º David Pinto, igualmente por motivos pessoais, tendo os serviços procedido às respetivas substituições, a pedido dos mesmos, nos termos do artigo 78.º, n.º 1, conjugado com o artigo 79.º, n.º 1, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, na sua atual redação.

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA

O Senhor Presidente iniciou a sua intervenção felicitando o Corpo Ativo dos Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Oliveirinha pela nomeação do Segundo-Comandante, Bombeiro Rui Brito, desejando-lhe os maiores sucessos no exercício das suas funções. Aproveitou igualmente para agradecer o trabalho desenvolvido pelas Corporações de Bombeiros do Concelho na proteção das populações, reafirmando o compromisso do Município em continuar a apoiar a sua atividade e a estratégia municipal de Proteção Civil.

Informou que, no dia 19 de julho, participou na cerimónia de bênção da nova viatura destinada ao transporte de doentes não urgentes da Associação de Socorro de Candosa, enaltecendo o papel desempenhado por esta Instituição, bem como pelos Bombeiros Voluntários de Tábua e de Vila Nova de Oliveirinha, na prestação deste importante serviço à população.

Referiu ainda a inauguração do novo Parque Infantil de Vila do Mato, concretizado na sequência do protocolo celebrado com a Irmandade de Vila do Mato para cedência do terreno, considerando tratar-se de um investimento relevante para a valorização do Parque de Santa Ana e para a melhoria das condições disponibilizadas à comunidade.

Prosseguindo, deu informação sobre a realização da reunião do Conselho Municipal de Educação de Tábua, onde foram analisadas diversas matérias relacionadas com a



CÂMARA MUNICIPAL

organização da rede educativa do Concelho, incluindo o Plano de Transportes Escolares para o ano letivo 2026/2027, agradecendo o trabalho desenvolvido pela Senhora Vereadora da Educação, pelos serviços municipais, pelo Agrupamento de Escolas de Tábua, pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social e pelas restantes Entidades parceiras.

Continuou a sua intervenção, referindo-se à celebração do 25.º aniversário da Biblioteca Pública Municipal João Brandão, ocasião em que foi reconhecido o contributo dos técnicos, dos anteriores responsáveis pelo pelouro da Cultura e dos antigos Presidentes da Câmara Municipal que acompanharam o percurso daquela infraestrutura cultural, que é atualmente uma referência no Concelho e Região. Destacou ainda a apresentação do terceiro volume da obra **"Tábua – A Construção do Concelho (1975-2024)"**, da autoria do historiador Fernando Pais, contratado pela a Câmara Municipal neste âmbito, o qual retrata a história recente do Concelho e completa um trabalho que reporta ao período iniciado em 1824, data da primeira ata da Câmara Municipal que está em posse da Autarquia.

Informou que, no dia 21 de julho, foi assinado um protocolo de colaboração com o Conselho Superior de Investigações Científicas de Espanha (CSIC) e com a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, visando o desenvolvimento de projetos de investigação arqueológica relacionados com a recuperação e valorização do património romano e das antigas explorações auríferas existentes no Concelho.

Deu ainda conhecimento das diversas reuniões realizadas com empresários locais, através do Gabinete de Apoio ao Empresário e em articulação com a AIRV – Associação Empresarial da Região de Viseu e ADIBER, com o objetivo de apoiar o acesso aos fundos comunitários e reforçar a competitividade das Empresas do Concelho.

Anunciou que, no dia seguinte, seria celebrada a escritura de aquisição definitiva de quatro lotes da Área Empresarial da Carapinha, por parte de um empresário, no seguimento da respetiva hasta pública.

Destacou ainda a divulgação, pela Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras, da experiência desenvolvida em Tábua no âmbito do XIV Encontro do Grupo de Trabalho "Brincar na Cidade Educadora".

No domínio da Proteção Civil, informou que o Município recebeu o termo de aceitação da candidatura **"Tábua + Resiliente"**, destinada ao reforço dos meios operacionais municipais, encontrando-se prevista a aquisição de dois geradores e de uma moto-niveladora. Explicou



CÂMARA MUNICIPAL

que um dos geradores ficará afeto ao Centro Municipal de Proteção Civil, Centro Logístico Municipal e CULTIVA, enquanto o outro será instalado no Pavilhão Multiusos, estando igualmente prevista a aquisição futura de novos equipamentos para reforçar a capacidade de resposta em situação de calamidade.

Relativamente aos investimentos em curso, informou que a candidatura ao Jardim de Infância, no âmbito do ITI para estes investimentos, já obteve parecer favorável da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, aguardando apenas a aprovação final da CCDRC, leia-se Autoridade de Gestão. Acrescentou que foi rececionado o termo de aceitação do projeto do Centro de Interpretação do Mundo Rural, permitindo avançar na sua concretização.

Informou que em deslocação oficial a Tábua, foi recebida no Salão Nobre a Encarregada de Negócios da Embaixada da República Checa em Portugal, no âmbito do protocolo celebrado através do Invest Center, com o objetivo de dar a conhecer o potencial de internacionalização associado às empresas do Concelho e as condições de atração de novos investimentos, facilitando o desenvolvimento de futuras parcerias de cooperação económica.

Informou ainda que se encontra em curso a reformulação do sítio institucional do Município na internet, encontrando-se os serviços a proceder à atualização dos respetivos conteúdos e funcionalidades.

No que respeita ao edifício localizado em Ázere que ruiu parcialmente, esclareceu que o Município está a desenvolver o respetivo processo de expropriação, tendo em vista a sua recuperação e integração numa candidatura ao IHRU, preservando o valor patrimonial da fachada existente.

Prosseguiu informando que decorrem os trabalhos finais associados às candidaturas do Programa 1.º Direito e do Arrendamento Acessível, encontrando-se em execução a reabilitação de antigas Escolas Primárias destinadas à criação de habitação, bem como concluídas duas habitações nas localidades da Barrosa e da Carapinha, encontrando-se uma terceira em fase de conclusão no Covelo.

Por fim, deu conhecimento de que o Município voltou a solicitar às Infraestruturas de Portugal o reforço das intervenções de limpeza nas estradas nacionais e respetivos acessos existentes no Concelho, bem como esclarecimentos relativamente à manutenção da Ponte



CÂMARA MUNICIPAL

de Tábua, reafirmando que aquela infraestrutura continua sob responsabilidade daquela Entidade.

INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES

INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA, DRA. SUSANA MENDES

A Senhora Vereadora começou por assinalar a sua presença, no dia 11 de julho, no Festival de Folclore e nas comemorações do 26.º aniversário do Rancho Folclórico da Freguesia de Covas, felicitando todos os seus elementos e quantos, ao longo dos anos, têm contribuído para a preservação e valorização do património etnográfico e cultural do Concelho.

Associou-se às palavras do Senhor Presidente relativamente às comemorações do 25.º aniversário da Biblioteca Pública Municipal João Brandão, destacando o papel daquela infraestrutura como espaço dinamizador da cultura, da leitura e da aprendizagem ao longo da vida. Endereçou uma palavra de reconhecimento a todos os trabalhadores, atuais e antigos, pelo trabalho desenvolvido junto da comunidade, da Academia Sénior e das crianças e jovens do Concelho.

Informou ainda que, no dia 16 de julho, decorreu a cerimónia de entrega de certificados aos primeiros alunos Cabo-Verdianos diplomados no âmbito do projeto Eptoliva em Rede, desenvolvido em parceria com o Município da Ilha do Sal, no quadro da geminação entre os dois Municípios. Felicitou os alunos pela conclusão do respetivo percurso formativo, enaltecendo o trabalho desenvolvido pela Direção, Docentes e restante comunidade educativa da Eptoliva, bem como o acolhimento proporcionado pelo Concelho de Tábua.

Relativamente à reunião do Conselho Municipal de Educação, realizada no dia 20 de julho, referiu que foram analisadas diversas matérias relacionadas com a preparação do próximo ano letivo, nomeadamente a reorganização da rede escolar, esclarecendo que, para além da situação anteriormente debatida relativa aos jardins de infância da União de Freguesias de Espariz e Sinde, foi igualmente analisada a necessidade de reorganização da Escola Básica de Mouronho, em virtude do aumento do número de alunos. Informou que, à semelhança do ano letivo anterior, os alunos do 4.º ano passarão a frequentar a Escola Básica n.º 2 de Tábua, estando os transportes escolares assegurados pelo Município.

Informou igualmente que, em resultado das obras de ampliação e requalificação do Jardim de Infância de Tábua, o seu funcionamento será temporariamente transferido para o Centro



CÂMARA MUNICIPAL

Escolar de Tábua durante o próximo ano letivo. Acrescentou que, nessa sequência, os alunos do 3.º e 4.º anos passarão igualmente a frequentar a Escola Básica n.º 2, encontrando-se em curso a requalificação das últimas salas de aula daquele estabelecimento de ensino, de forma a garantir as melhores condições de acolhimento.

Deu ainda conhecimento das Atividades de Enriquecimento Curricular aprovadas para o **próximo ano letivo, designadamente Atividade Física e Desportiva, Música, Língua Inglesa, Aprender Brincando e Promoção da Leitura.**

Referiu igualmente que foi efetuado o balanço do Projeto de Promoção do Sucesso Escolar, mantendo-se ao serviço do Agrupamento de Escolas de Tábua uma Terapeuta da fala e uma Educadora social, Técnicas afetas ao Município, garantindo a continuidade do acompanhamento prestado aos alunos e respetivas famílias.

Informou ainda que foram apresentados o Plano de Ação Social Escolar e o Plano Anual de Transportes, documentos que seriam posteriormente submetidos à apreciação do Executivo. Esclareceu também que, no âmbito da reorganização da rede pré-escolar, as assistentes operacionais continuarão a desempenhar funções noutros estabelecimentos de educação e ensino do Concelho, sendo a gestão da componente docente da competência, do Ministério da Educação e do Agrupamento de Escolas de Tábua.

Por fim, manifestou a solidariedade do Município para com os alunos, respetivas famílias, docentes e Direção do Agrupamento de Escolas de Tábua, na sequência dos constrangimentos verificados na divulgação das classificações finais dos exames nacionais, lamentando a situação vivida e reconhecendo o esforço desenvolvido por toda a comunidade educativa para minimizar os seus efeitos. Expressou o desejo de que o processo seja rapidamente normalizado, garantindo que nenhum aluno seja prejudicado no prosseguimento do seu percurso académico.

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR DR. CARLOS CAMPOS

O Senhor Vereador iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e associando-se às felicitações dirigidas à Biblioteca Pública Municipal João Brandão pela celebração do seu 25.º aniversário, destacando o trabalho desenvolvido na promoção da cultura e da leitura, bem como o reconhecimento alcançado a nível nacional pelas boas



CÂMARA MUNICIPAL

práticas implementadas. Salientou ainda o investimento realizado pelo Município nas áreas da cultura, do desporto e da educação.

Referiu igualmente a sua presença na cerimónia de entrega de certificados aos primeiros alunos Cabo-Verdianos diplomados no âmbito do projeto Eptoliva em Rede, enaltecendo a importância da parceria estabelecida entre o Município de Tábua e o Município da Ilha do Sal. Considerou que esta iniciativa contribui para a qualificação de jovens, para a sua integração no território e para a resposta às necessidades de mão de obra qualificada em diversas áreas profissionais.

No âmbito da transição energética, deu conhecimento das oportunidades de financiamento existentes através do Fundo Ambiental, destacando a futura abertura do programa Casa Eficiente 2026, destinado a apoiar a melhoria da eficiência energética das habitações.

Por último, destacou o trabalho desenvolvido pelo Polo do Centro de Transição para a Formação Energética, sediado em Tábua, informando que se encontra em funcionamento um Curso de Especialização Tecnológica (CET) de nível 5 e que será brevemente disponibilizada uma nova ação de formação na área da sustentabilidade, abrangendo conteúdos relacionados com sistemas fotovoltaicos de autoconsumo e práticas sustentáveis aplicadas ao turismo. Salientou que este polo constitui uma resposta formativa de âmbito regional, contribuindo para a qualificação de recursos humanos nas áreas da transição energética e das alterações climáticas.

INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DRA. ELISA FIGUEIREDO

A Senhora Vereadora iniciou a sua intervenção destacando três iniciativas recentemente promovidas no Concelho.

Em primeiro lugar, felicitou a Pauta de Adjacente e a Academia Artística do Município de Tábua pela realização de mais uma edição do Estágio de Verão, salientando o trabalho desenvolvido ao longo da semana pelos professores, monitores e participantes. Referiu que a iniciativa culminaria com a realização do concerto "The Show Must Go On", em homenagem aos Queen, considerando tratar-se de uma experiência artística de elevada qualidade e dirigindo um convite à comunidade para assistir ao espetáculo.

Assinalou igualmente as comemorações do 25.º aniversário da Biblioteca Pública Municipal João Brandão, enaltecendo o seu papel enquanto espaço de conhecimento, cultura e



CÂMARA MUNICIPAL

aprendizagem. Destacou, em particular, o trabalho desenvolvido na promoção dos hábitos de leitura junto das crianças e dos jovens, reconhecendo o empenho de toda a equipa da Biblioteca, sob a coordenação da Dra. Ana Paula Neves.

Por último, referiu a sua presença na cerimónia de assinatura dos protocolos de colaboração celebrados entre o Município de Tábua, a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e a Agência Estatal do Conselho Superior de Investigações Científicas de Espanha (CSIC), considerando que estas parcerias representam um importante contributo para a valorização e aprofundamento do conhecimento do património arqueológico do Concelho, designadamente no que respeita às antigas explorações auríferas romanas existentes na bacia do Rio Alva.

Concluiu felicitando todos os envolvidos nas iniciativas referidas, salientando que as mesmas evidenciam o compromisso do Município com a cultura, a educação, a ciência e a valorização do património local.

INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA BATISTA

A Senhora Vereadora destacou o papel fundamental desempenhado pelas Associações e Coletividades do Concelho na dinamização da vida comunitária, salientando a importância do associativismo enquanto fator de preservação da identidade local, das tradições e da coesão social.

Referiu que as festas e iniciativas promovidas pelas Associações constituem momentos privilegiados de convívio entre a população, contribuindo simultaneamente para a dinamização da economia local, através da valorização do comércio, da restauração e da promoção do Concelho junto de quem o visita.

Sublinhou ainda que o sucesso destas iniciativas assenta no empenho dos dirigentes associativos, dos grupos culturais, desportivos e recreativos e de todos os voluntários que, de forma altruísta, dedicam o seu tempo ao serviço da comunidade.

Concluiu deixando uma palavra de reconhecimento e agradecimento a todas as Associações, dirigentes, voluntários e participantes pelo trabalho desenvolvido ao longo do ano em benefício da população e do Concelho.



CÂMARA MUNICIPAL

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR DR. LUÍS JESUS

O Senhor Vereador começou por agradecer aos munícipes que intervieram no período de Audição do Público, considerando que a sua participação constitui um importante contributo para a identificação e resolução dos problemas do Concelho.

Destacou o papel das Associações e Coletividades na preservação das tradições e na dinamização da vida comunitária, agradecendo o trabalho desenvolvido pelos seus dirigentes e voluntários na organização das festividades realizadas ao longo do ano.

Agradeceu ainda a oferta do terceiro volume da obra **"Tábua – A Construção do Concelho (1975-2024)"**, considerando tratar-se de um importante contributo para a preservação da memória histórica do Concelho.

Relativamente às infraestruturas rodoviárias, chamou a atenção para algumas situações que, na sua opinião, merecem intervenção, designadamente acessos agrícolas desnivelados confinantes com estradas, a necessidade de responsabilização dos proprietários relativamente à manutenção das áreas adjacentes às vias públicas, a existência de árvores que dificultam os trabalhos de limpeza dos caminhos e o estado de conservação da Estrada de São Fagundo, bem como de alguns arruamentos e estacionamento junto a novos empreendimentos habitacionais.

Manifestou igualmente satisfação pelo investimento do Município na valorização do património arqueológico, recordando a sua ligação pessoal aos primeiros trabalhos de limpeza da Via Romana da Pedra da Sé, considerando fundamental preservar e divulgar este património histórico.

Questionou ainda o Executivo sobre a possibilidade de utilização dos painéis digitais informativos instalados no Concelho para divulgação de iniciativas de natureza privada, para além dos eventos promovidos pelas Associações e Entidades locais.

Referiu também a recente posição assumida pela Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra relativamente à instalação de novos parques fotovoltaicos, manifestando o entendimento de que deverão ser salvaguardados os interesses do Concelho em futuras decisões desta natureza.



CÂMARA MUNICIPAL

Por último, informou que representou o Concelho de Tábua, na qualidade de atleta olímpico, no encontro nacional de homenagem aos atletas olímpicos, considerando importante a presença do Município neste tipo de iniciativas.

Concluiu agradecendo ao Executivo o trabalho desenvolvido na resolução das questões colocadas pelos munícipes e reconhecendo igualmente a atuação da Junta de Freguesia de Tábua na resposta célere a uma situação que havia anteriormente sinalizado, apelando aos cidadãos para que comuniquem formalmente os problemas às Entidades competentes, contribuindo para uma resolução mais rápida e eficaz das situações identificadas.

INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DRA. ALEXANDRA MOURA

A Senhora Vereadora iniciou a sua intervenção referindo-se aos constrangimentos verificados na divulgação das classificações dos exames nacionais, manifestando solidariedade para com os alunos e respetivas famílias. Enquanto docente classificadora, salientou o rigor inerente ao processo de avaliação, defendendo que as preocupações da comunidade educativa devem ser ouvidas e que os procedimentos adotados devem inspirar confiança e transparência. Incentivou os alunos que se sintam prejudicados a recorrer aos mecanismos legalmente previstos de reapreciação das provas e apelou a uma reflexão serena sobre o sistema de avaliação, de forma a reforçar a equidade e a confiança de alunos, professores e famílias.

Assinalou igualmente as comemorações do 25.º aniversário da Biblioteca Pública Municipal João Brandão, enaltecendo o percurso que tem sido desenvolvido, tendo prestado um especial reconhecimento à sua Diretora, Dra. Ana Paula Neves, pelo contributo prestado ao longo de vários anos para a promoção da leitura, da cultura e do conhecimento no Concelho. De seguida, chamou a atenção para a necessidade de reforçar as condições de segurança nas zonas de tomada e largada dos transportes escolares, referindo, em particular, a situação existente em Mouronho, onde considera serem necessárias passadeiras, passeios e outras medidas de segurança junto ao local de paragem do transporte escolar e da creche existente na localidade. Questionou ainda se o Município dispõe de um levantamento das restantes paragens escolares que apresentem problemas semelhantes e se existe um plano de intervenção para melhorar as respetivas condições de segurança antes do início do próximo ano letivo.



CÂMARA MUNICIPAL

Por fim, voltou a alertar para a necessidade de proceder à limpeza da vegetação existente junto aos monoblocos da Escola Secundária de Tábua, assunto já anteriormente referido em reunião de Câmara, considerando que a situação continua por resolver e que poderá representar um risco para a segurança de quem frequenta aquele espaço.

A encerrar o Período de Antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Câmara agradeceu as intervenções de todos os Senhores Vereadores e dos munícipes presentes, reconhecendo o contributo de cada um para a melhoria do Concelho. Salientou igualmente o papel desempenhado pelas Juntas de Freguesia na resolução de diversas situações de proximidade, reconhecendo, contudo, que nem sempre é possível dar resposta com a rapidez desejada, em virtude da multiplicidade de intervenções em curso e da necessidade de estabelecer prioridades.

Relativamente à questão colocada sobre a posição da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra quanto à instalação de painéis fotovoltaicos, esclareceu que a CIM não deliberou contra a implementação de painéis solares no território, mas antes sobre um processo específico. Defendeu a importância da produção de energia renovável e informou que está em desenvolvimento a Comunidade Energética da Região Metropolitana de Coimbra, que integrará os 19 municípios, incluindo o de Tábua, prevendo a instalação de unidades de produção em terrenos municipais, designadamente na zona de Fonte Arcada, bem como noutras infraestruturas públicas. Referiu ainda que os projetos de maior dimensão são licenciados pela Direção-Geral de Energia e Geologia, chegando posteriormente ao conhecimento dos Municípios.

Quanto aos painéis eletrónicos informativos (mupis), esclareceu que os mesmos integram o projeto Bairros Comerciais Digitais, financiado por candidatura, destinando-se à divulgação de informação institucional, de eventos promovidos pelas Associações e também das empresas aderentes ao projeto, através da plataforma digital criada para o efeito. Acrescentou que o Município pretende privilegiar este meio de divulgação, contribuindo para a redução da colocação de cartazes no espaço público. Informou ainda que o projeto integra outras componentes no âmbito das cidades inteligentes, nomeadamente sistemas de monitorização do estacionamento, da circulação automóvel, da rega e de outros serviços municipais.



CÂMARA MUNICIPAL

No que respeita ao património arqueológico, informou que já foram efetuados trabalhos de limpeza e valorização na Via Romana da Pedra da Sé e na Ponte de Sumes, encontrando-se igualmente em preparação candidaturas destinadas à recuperação destes espaços, no âmbito da Carta Arqueológica do Concelho e dos financiamentos comunitários disponíveis. Relativamente às questões relacionadas com as estradas e passeios, reconheceu que existem diversas situações que carecem de intervenção, apelando igualmente ao sentido de responsabilidade dos proprietários confinantes com as vias públicas. Informou que se encontram em curso projetos de requalificação de passeios e infraestruturas, sendo atualmente prioritárias as intervenções no percurso entre o centro da vila, o Hospital de Cuidados Continuados da Santa Casa da Misericórdia de Tábua e o acesso ao Estádio Municipal, numa obra em parceria com a E-Redes para a instalação de infraestruturas subterrâneas.

Quanto à Estrada de São Fagundo, explicou que a conclusão da sua requalificação ficará dependente da execução da candidatura relativa ao reforço do sistema de abastecimento de água, investimento que contempla novas condutas e um novo reservatório, localizado na Torre.

Respondendo às questões colocadas pela Senhora Vereadora Alexandra Moura, esclareceu que a estrada principal de Mouronho é nacional, logo da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal, comprometendo-se, ainda assim, a transmitir formalmente as preocupações relacionadas com a instalação de passadeiras e outras medidas de segurança rodoviária. Informou igualmente que o Município está a proceder ao levantamento e georreferenciação de todas as paragens de transporte escolar do Concelho, trabalho que permitirá melhorar o respetivo planeamento e condições de segurança.

Aproveitou ainda para referir o esforço financeiro suportado pelo Município na área dos transportes públicos, designadamente através do financiamento das obrigações de serviço público e do serviço **SitFlexi**, destinado a assegurar soluções de mobilidade para as populações com menor oferta de transportes.

Relativamente à situação de Mouronho, informou que se encontram a decorrer diligências com um proprietário local, em articulação com a Junta de Freguesia, no sentido de criar um espaço de estacionamento junto ao estabelecimento de ensino, reconhecendo, contudo, que essa intervenção dificilmente estará concluída antes do início do próximo ano letivo.



CÂMARA MUNICIPAL

Acrescentou ainda que está igualmente a ser estudada a criação, junto da Escola Básica de Tábua, de uma zona específica para tomada e largada rápida de alunos, destinada a melhorar a circulação automóvel e a segurança naquele local.

Manifestou a sua solidariedade para com os alunos afetados pelos constrangimentos verificados no processo de divulgação dos resultados dos exames nacionais.

Na sequência desta intervenção, o Senhor Vereador Luís Filipe de Jesus colocou duas questões adicionais. A primeira incidiu sobre a localização prevista para a instalação dos painéis solares associados à Comunidade Energética, questionando se coincidia com o terreno anteriormente alienado para a instalação de uma vinha. A segunda prendeu-se com a possibilidade de, à semelhança da utilização dos mupis para reduzir a afixação de cartazes de eventos, ser ponderada a criação de um regulamento que organizasse também a afixação de propaganda política, reduzindo o impacto visual durante os períodos eleitorais.

Em resposta, o Senhor Presidente esclareceu que os terrenos destinados à Comunidade Energética correspondem a uma parcela da propriedade municipal distinta da área anteriormente alienada, em hasta pública, para instalação da vinha promovida pelo empresário Carlos Lucas, projeto que continua previsto para aquele local.

Quanto à questão da propaganda eleitoral, informou que o Município se encontra a proceder à revisão dos regulamentos municipais, designadamente do Regulamento de Taxas e Licenças, reconhecendo que a matéria relativa à propaganda política obedece a legislação própria. Ainda assim, admitiu a possibilidade de, no futuro, serem identificados locais específicos onde a afixação de cartazes possa ser concentrada, reduzindo o impacto visual no espaço público, mantendo simultaneamente o respeito pelo enquadramento legal aplicável. Acrescentou ainda que está igualmente a ser analisada a realocação de um dos mupis digitais atualmente instalados, procurando uma melhor integração no espaço urbano.

Não havendo mais nada a tratar neste período, deu-se início ao Período da Ordem do Dia.



CÂMARA MUNICIPAL

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA GABINETE DA PRESIDÊNCIA

1. APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 14/26, DE 9 DE JULHO DE 2026

O Senhor Presidente informou que existia quórum para a votação da ata da reunião ordinária n.º 14/2026, de 9 de julho, uma vez que quatro dos membros presentes haviam participado na referida reunião. Declarou ainda que não participaria na votação, por não ter estado presente na mesma.

Colocada à votação, a Ata da Reunião Ordinária n.º 14/2026, de 9 de julho, foi aprovada por unanimidade dos membros presentes com direito a voto.

2. PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO MUNICIPAL – ESCRITURAS DE JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL DE PRÉDIOS RÚSTICOS

Deliberação n.º 345 – Por proposta do Presidente da Câmara, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, retirar o presente ponto da ordem de trabalhos, não tendo o mesmo sido submetido à discussão nem à votação, ficando sem efeito nesta reunião.

3. OBRAS DE ARTE ESPÓLIO SARAH BEIRÃO – COTAÇÃO ESTIMATIVA / CONHECIMENTO

O Senhor Presidente apresentou o ponto para conhecimento, enquadrando-o no trabalho que o Município tem vindo a desenvolver na recuperação, valorização e inventariação do património municipal, designadamente no âmbito da criação do Welcome Center e do futuro Museu Sarah Beirão. Referiu ainda as intervenções anteriormente realizadas no Salão Nobre dos Paços do Concelho, bem como a recuperação e valorização de diversas peças do património artístico e mobiliário municipal.

Informou que foi efetuada a recuperação de duas obras da pintora Eduarda Lapa, pertencentes ao espólio de Sarah Beirão, encontrando-se as mesmas avaliadas, após intervenção de conservação e restauro, entre 4.000,00 € e 5.500,00 € numa das obras, e entre 4.000,00 € e 6.000,00 € na outra.



CÂMARA MUNICIPAL

Deu ainda conhecimento de que se encontra igualmente em curso a recuperação de 14 obras da autoria de Sarah Beirão, trabalhos que estão a ser executados pela Arte Academy, acompanhados dos respetivos certificados de conservação e restauro. Informou que o conjunto destas obras foi objeto de avaliação patrimonial, ascendendo o seu valor estimado a 24.730,00 €

Referiu que o investimento realizado pelo Município na recuperação destas obras ronda os 5.000,00 € permitindo valorizar o património artístico municipal para um montante global superior a 30.000,00 € património que integrará futuramente o espaço museológico dedicado a Sarah Beirão e ficará devidamente inventariado.

No decurso da apreciação do assunto, o Senhor Vereador. Luís Filipe de Jesus questionou onde estavam a ser realizados os trabalhos de recuperação das obras.

Em resposta, o Senhor Presidente esclareceu que dois retratos, representando Sarah Beirão e o Comendador António Costa Carvalho, foram recuperados por uma conservadora/pintora da Lousã e encontram-se atualmente expostos no Centro Cultural de Tábua, sendo posteriormente integrados no futuro museu. Esclareceu ainda que as duas obras de Eduarda Lapa pertencentes ao espólio de Sarah Beirão foram igualmente objeto de recuperação, enquanto as 14 obras da autoria de Sarah Beirão estão a ser intervencionadas em Tábua, pela Art Academy, reforçando que todo este património ficará devidamente recuperado, valorizado e integrado no inventário municipal.

A Câmara Municipal tomou conhecimento da informação apresentada.

4. PREÇOS MUNICIPAIS – LIVROS E LITOGRAFIAS “JOSÉ PENICHEIRO” - ADITAMENTO

O Senhor Presidente informou que, na sequência da deliberação anteriormente aprovada pela Câmara Municipal relativa à fixação de preços para publicações municipais e litografias "José Penicheiro", se tornou necessário proceder ao respetivo aditamento, em virtude da edição de novas obras.

Esclareceu que o aditamento contempla a inclusão das seguintes publicações: Carta Arqueológica do Concelho de Tábua, João Brandão – Edição Fac-similada, A Construção do Concelho de Tábua – Volume II e A Construção do Concelho de Tábua – Volume III. Informou



CÂMARA MUNICIPAL

ainda que os preços propostos incluem IVA e foram definidos tendo por base os custos de edição das obras, procurando simultaneamente assegurar valores acessíveis ao público. Acrescentou que a documentação remetida aos Senhores Vereadores incluía apenas a correção da imagem identificativa de uma das publicações, mantendo-se inalterado o restante conteúdo da proposta.

No período de apreciação, o Senhor Vereador Luís Filipe de Jesus manifestou o seu apreço pela disponibilização destas obras ao público, salientando a importância do investimento municipal na valorização e divulgação da história e identidade do Concelho, considerando que a fixação dos respetivos preços deve refletir essa aposta cultural.

O Senhor Presidente concordou com a observação efetuada, reiterando que os valores propostos têm em consideração os custos de produção das obras e o objetivo de promover a sua divulgação.

Deliberação n.º 346 - Presente a informação n.º 04/GAP/2026, datada de 20 de julho, elaborada pelo Adjunto do Gabinete de Apoio ao Presidente, André Correia, referente ao aditamento à Tabela de Preços Municipais para venda ao público de obras publicadas e litografias de José Penicheiro, nomeadamente de quatro obras literárias publicadas pelo Município de Tábua.

Prestados os devidos esclarecimentos, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, com 7 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, ao abrigo do disposto no artigo 14.º, alínea f), da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, aprovar o aditamento à Tabela de Preços Municipais para venda ao público das obras publicadas e litografias de José Penicheiro, com a inclusão dos novos bens e respetivos preços de venda ao público, nos termos da informação apresentada.

DOPGU - DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES E GESTÃO URBANÍSTICA

5. OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA (ORU) DE TÁBUA

O Senhor Presidente concedeu a palavra à Chefe da Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbanística, Eng.ª Luísa Marques, para apresentação do relatório de avaliação da execução da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) de Tábua, referente ao período de 2020 a 2025.



CÂMARA MUNICIPAL

A Eng.^a Luísa Marques informou que o relatório constitui o instrumento de acompanhamento da implementação da estratégia de reabilitação urbana e da verificação do cumprimento dos objetivos definidos para a ORU, dando cumprimento ao disposto no Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, que determina a realização desta avaliação de cinco em cinco anos e a sua subsequente submissão à Assembleia Municipal.

Referiu que, relativamente à execução das intervenções públicas previstas, os resultados revelam uma evolução positiva, encontrando-se 43% das ações previstas totalmente executadas, outras em fase de execução e apenas um número reduzido por iniciar. Em contrapartida, salientou que a reabilitação promovida por particulares apresenta uma execução inferior ao inicialmente previsto, verificando-se a intervenção em cerca de 20% dos edifícios em ruína e 15% dos edifícios degradados, valores inferiores aos que seriam expectáveis nesta fase da vigência da ORU. Neste contexto, considerou importante reforçar a divulgação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) e da respetiva Operação de Reabilitação Urbana, de forma a incentivar os proprietários a beneficiarem dos apoios e incentivos existentes.

O Senhor Presidente esclareceu que o relatório em apreciação respeita exclusivamente à ORU de Tábua, a qual possui uma vigência de quinze anos, sendo esta a primeira avaliação quinquenal, destinada a ser remetida posteriormente à Assembleia Municipal. Defendeu igualmente a necessidade de reforçar a divulgação das vantagens associadas à reabilitação urbana, designadamente os benefícios fiscais e a redução ou isenção de diversas taxas municipais, bem como proceder à monitorização contínua da execução dos investimentos públicos previstos.

No período de discussão, o Senhor Vereador Luís Filipe de Jesus considerou importante encontrar novos mecanismos de divulgação e sensibilização dirigidos aos proprietários privados, entendendo que muitos desconhecem os incentivos disponíveis para a reabilitação dos seus imóveis. Questionou igualmente se seria possível dispor de elementos comparativos sobre o investimento realizado na sede do concelho e nas restantes freguesias.

Em resposta, a Eng.^a Luísa Marques esclareceu que o relatório em apreciação incide exclusivamente sobre a ORU de Tábua, limitada territorialmente à respetiva Área de Reabilitação Urbana, encontrando-se no documento identificadas todas as intervenções



CÂMARA MUNICIPAL

efetuadas, os edifícios reabilitados, as reduções de taxas concedidas e os restantes elementos de execução. Acrescentou que as restantes Operações de Reabilitação Urbana existentes no Concelho ainda não completaram o período de cinco anos necessário para a realização da avaliação quinquenal.

O Senhor Presidente complementou o esclarecimento, explicando que a delimitação da ARU condiciona igualmente o acesso a determinados financiamentos públicos, exemplificando com investimentos municipais que apenas podem beneficiar de apoio por se localizarem dentro daquela área. Referiu ainda que os incentivos destinados aos particulares são divulgados pelos serviços municipais sempre que são apresentados pedidos de licenciamento ou de reabilitação, reconhecendo, contudo, que importa continuar a reforçar essa divulgação junto da população.

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente submeteu o assunto à votação.

Deliberação n.º 347 – Presente o Relatório de Avaliação da Execução da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Sistemática de Tábua documento que se dá por reproduzido.

Considerando que, nos termos do disposto no Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação, compete à Câmara Municipal, a cada cinco anos de vigência da operação de reabilitação urbana, submeter à apreciação da Assembleia Municipal um relatório de avaliação da execução dessa operação;

Considerando que o presente relatório avalia a execução da ORU de Tábua no período compreendido entre 2020 e 2025, constituindo um instrumento de acompanhamento da implementação da estratégia de reabilitação urbana e de verificação do cumprimento dos objetivos definidos;

Face ao exposto, e ao abrigo das competências conferidas pela alínea ccc) do n.º 1, do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugada com o RJRU, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, com 7 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções:

- Aprovar o Relatório de Avaliação da Execução da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) de Tábua, relativo ao período de 2020-2025;
- Submeter o referido Relatório à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2, do artigo 20.º-A, do RJRU, em conformidade com as exigências



CÂMARA MUNICIPAL

legais de acompanhamento, monitorização e controlo da execução da Operação de Reabilitação Urbana.

6. PROJETOS DE EXECUÇÃO

O Senhor Presidente apresentou a proposta relativa ao Projeto de Execução para a Requalificação e Modernização do Estádio Municipal de Tábua, esclarecendo que a aprovação do projeto constitui um passo prévio à solicitação do parecer do Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ) e à subsequente apresentação de candidatura ao financiamento previsto no âmbito do Investimento Territorial Integrado (ITI) da CIM Região de Coimbra.

Informou que o investimento global ascende a cerca de 500.000,00 € sendo o montante máximo elegível no aviso de candidatura de aproximadamente 300.000,00 €. Referiu que a intervenção contempla, entre outras ações, a requalificação do parque de estacionamento, a instalação de iluminação exterior, a beneficiação da fachada principal do edifício, a substituição de equipamentos técnicos, a melhoria das condições de acessibilidade nas bancadas e outras intervenções de modernização do equipamento desportivo.

No período de discussão, o Senhor Vereador Luís Filipe de Jesus questionou a alteração efetuada ao projeto relativamente à versão anteriormente apresentada, designadamente a retirada de um dos trabalhos previstos para o parque de estacionamento, o que originou uma redução do valor global da empreitada. Aproveitou ainda para alertar para a necessidade de reforçar a proteção das camisolas e restantes peças de espólio expostas no Estádio Municipal, sugerindo a sua colocação em vitrinas ou noutro espaço mais seguro.

Em resposta, o Senhor Presidente esclareceu que a retirada daquele trabalho resultou exclusivamente da necessidade de adequar o valor da empreitada aos limites máximos de elegibilidade definidos no aviso de candidatura. Explicou que o item excluído corresponde aos trabalhos de preparação e compactação da base do parque de estacionamento, intervenção que o Município prevê executar por administração direta, recorrendo aos seus próprios meios e equipamentos, permitindo assim manter o projeto dentro do limite financeiro admissível para candidatura.

Relativamente ao espólio existente no Estádio Municipal, informou que as camisolas expostas correspondem a ofertas de diversas entidades e clubes que utilizaram aquele



CÂMARA MUNICIPAL

equipamento desportivo, encontrando-se atualmente em espaços encerrados ao público. Acrescentou, contudo, que a futura intervenção prevê igualmente melhorias ao nível da segurança das instalações, incluindo a instalação de sistemas de videovigilância.

O Senhor Vereador Luís Filipe de Jesus manifestou-se esclarecido com a explicação prestada, reconhecendo que a alteração ao projeto visa apenas adequar a candidatura aos respetivos limites de financiamento.

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente submeteu o assunto à votação.

Deliberação n.º 348 – Presente o projeto de execução da obra “Requalificação e Modernização do Estádio Municipal de Tábua”, sita na Rua do Estádio Municipal – Tábua, Freguesia e Concelho de Tábua, e a informação n.º 020/2026, datada de 22 de junho de 2026, da Chefe da Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbanística, Luísa Marques, documentos que se dão por reproduzidos.

Face ao teor da referida informação e prestados os devidos esclarecimentos, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, com 7 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, aprovar o projeto de execução da obra “Requalificação e Modernização do Estádio Municipal de Tábua” conforme disposto na informação técnica em questão.

DOSUA - DIVISÃO DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AMBIENTE

7. CONCURSOS E CONSULTAS

No âmbito do presente ponto, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Chefe da Divisão de Obras, Serviços Urbanos e Ambiente, Eng.º José Lima, para apresentação da proposta relativa à abertura do procedimento concursal destinado à execução da empreitada de Requalificação e Modernização do Estádio Municipal de Tábua.

O Eng.º José Lima informou que, na sequência da aprovação do respetivo projeto de execução, se propõe a abertura do Concurso Público n.º 87E/2026, destinado à realização da empreitada, submetendo à apreciação da Câmara Municipal a decisão de contratar e a autorização da respetiva despesa, prevista nas Grandes Opções do Plano.

Esclareceu ainda que a proposta contempla a adoção do procedimento de concurso público sem publicidade internacional, com o preço base de 466.879,60 € a designação do respetivo júri, a fundamentação para a não divisão da empreitada em lotes, a aprovação dos projetos



CÂMARA MUNICIPAL

técnicos de execução, do programa do procedimento e do caderno de encargos, bem como a nomeação da gestora do contrato. Propôs igualmente a delegação, no Senhor Presidente da Câmara, da competência para prestar os esclarecimentos previstos no Código dos Contratos Públicos e decidir sobre eventuais pedidos de prorrogação do prazo para apresentação de propostas.

O Senhor Presidente esclareceu que este ponto constitui a sequência natural da deliberação anteriormente aprovada, respeitante ao projeto de execução, permitindo o lançamento do procedimento concursal. Acrescentou que a abertura do concurso permitirá ganhar celeridade no processo, ficando, contudo, a adjudicação da empreitada dependente da aprovação da candidatura ao respetivo financiamento.

Não havendo pedidos de esclarecimento ou outras intervenções, o Senhor Presidente submeteu o assunto à votação.

Deliberação n.º 349 – No que se refere ao procedimento de contratação de obras de construção civil, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, com 7 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, sobre a seguinte proposta:

Posto o assunto à consideração da Câmara, e atendendo à informação técnica n.º 023/2026, de 20 de julho de 2026, do Chefe da Divisão de Obras, Serviços Urbanos e Ambiente, José Lima, foi deliberado por unanimidade, com 7 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções o seguinte:

1. Tomar a decisão de contratar e autorizar a realização da respetiva despesa, nos termos do n.º 1 do artigo 36.º do CCP. O encargo total está previsto nas Grandes Opções do Plano, tendo cabimento no Orçamento Municipal aprovado para o corrente ano através da rubrica: 02 002 2007/11 6/26;
2. Adotar o procedimento de Concurso Público sem publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia para a formação do contrato, nos termos da alínea b), do artigo 19.º do CCP, com a referência CP 87-E/2026;
3. Adotar o valor de 466.879,60€ (quatrocentos e sessenta e seis mil, oitocentos e setenta e nove euros e sessenta centavos), como Preço Base do procedimento, sendo entendido como o preço máximo que a entidade se dispõe a pagar pela



CÂMARA MUNICIPAL

execução da totalidade da aquisição de serviços. Classificação CPV (objeto principal): 45212290-5;

4. Designar, para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 67.º do CCP, o seguinte Júri:
 - Presidente: José Luís Ferreira Lima, Chefe de Divisão;
 - 1.º Vogal: Carla Susana Rocha Barbosa de Bessa, Técnica Superior;
 - 2.º Vogal: Mónica Alexandra Fonseca Costa, Técnica Superior;
 - 1.º Vogal Suplente: Célia Regina Simões Carvalho, Técnica Superior;
 - 2.º Vogal Suplente: Maria Luísa Nunes Marques, Chefe de Divisão;
5. Prever a não contratação por lotes, nos termos do n.º 2 do artigo 46.º - A do CCP, com a fundamentação indicada na informação técnica;
6. Para efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 43.º do CCP, relativamente aos elementos de solução de obra constantes do projeto de execução, e pelos motivos descritos na informação técnica, considerar não exigíveis os seguintes:
 - Levantamentos e análises de base e de campo;
 - Estudos geológicos e geotécnicos;
 - Estudos ambientais, incluindo a declaração de impacte ambiental, nos termos da legislação aplicável;
 - Estudos de impacte social, económico ou cultural, neste se incluindo a identificação das medidas de natureza expropriatória a realizar, dos bens e direitos a adquirir e dos ónus e servidões a impor;
 - Resultados dos ensaios laboratoriais e outros.
7. Aprovar os projetos técnicos de execução;
8. Aprovar as peças do procedimento, nomeadamente, o programa do procedimento e o caderno de encargos, nos termos do n.º 2 do artigo 40.º do CCP;
9. Nomear, como gestora do contrato, a Técnica Superior, Carla Susana Rocha Barbosa de Bessa;
10. Delegar, no Senhor Presidente da Câmara, em representação do Município, da competência para prestar esclarecimentos, nos termos das alíneas a) do n.º 5 e n.º 7 do artigo 50.º do CCP, bem como para as decisões sobre prorrogação do prazo para a apresentação das propostas, nos termos do disposto no n.º 1 e n.º 4 do artigo 64.º do CCP.



CÂMARA MUNICIPAL

DEDS - DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL EDUCAÇÃO

8. PLANO ANUAL DE TRANSPORTES

O Senhor Presidente concedeu a palavra à Senhora Vereadora Dra. Susana Mendes para apresentação da proposta relativa ao Plano Anual de Transportes Escolares.

A Senhora Vereadora informou que o documento foi previamente apreciado e mereceu parecer favorável do Conselho Municipal de Educação, na reunião realizada no dia 20 de julho, sendo agora submetido à apreciação da Câmara Municipal para posterior envio à Assembleia Municipal.

Esclareceu que o Plano de Transportes Escolares é elaborado anualmente, em função das necessidades identificadas para cada ano letivo e dos alunos inscritos. Referiu que, à semelhança do ano anterior, o transporte dos alunos do 1.º Ciclo ao Ensino Secundário e profissional será assegurado através da rede pública de transporte rodoviário de passageiros, mediante a utilização dos respetivos passes escolares, os quais são gratuitos para os alunos abrangidos, nos termos da legislação em vigor.

Salientou ainda que, apesar de a lei não o impor, o Município continua a assegurar o acompanhamento dos alunos do **1.º Ciclo** por assistentes operacionais durante as viagens, assumindo esse encargo como uma medida adicional de segurança.

Informou igualmente que os alunos da Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo que não sejam abrangidos pela rede pública continuarão a beneficiar do serviço especializado de transporte escolar assegurado diretamente pelo Município, através das suas viaturas, motoristas e vigilantes, mantendo-se também os transportes da Educação Pré-Escolar assegurados no âmbito dos contratos interadministrativos celebrados com as Freguesias e Uniões de Freguesias.

Relativamente aos alunos com necessidades específicas, referiu que o Município assegura quer o transporte para estabelecimentos de ensino situados fora do Concelho, quer os transportes necessários no âmbito das atividades letivas desenvolvidas dentro do Concelho, recorrendo, para o efeito, a viaturas adaptadas.



CÂMARA MUNICIPAL

Por último, informou que os horários da rede pública se encontram disponíveis na plataforma da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, explorada pela empresa Busway, mantendo-se igualmente o Gabinete de Educação disponível para prestar todos os esclarecimentos necessários.

O Senhor Presidente complementou a apresentação, informando que o Município continua a desenvolver o processo de georreferenciação de todas as paragens de transporte escolar através do Sistema de Informação Geográfica (SIG), bem como a implementar sistemas digitais de informação ao público em diversas paragens do Concelho. Referiu ainda os investimentos em curso na melhoria do terminal rodoviário, na instalação de carregadores elétricos para autocarros, na beneficiação das instalações de apoio aos passageiros e no reforço das soluções de mobilidade disponíveis.

Destacou igualmente que o Município suporta diversos encargos que excedem as obrigações legais, designadamente a colocação de assistentes operacionais nos transportes do 1.º Ciclo, o funcionamento do serviço SitFlexi, o transporte escolar assegurado por meios municipais e por protocolos com as Juntas e União de Freguesia, bem como o apoio ao transporte dos alunos do ensino articulado.

No período de discussão, o Senhor Vereador Luís Filipe de Jesus felicitou o Município pelo investimento realizado na área da educação e dos transportes escolares, considerando que constitui uma garantia de igualdade de acesso ao ensino. Questionou se o transporte especializado destinado aos alunos com necessidades específicas é assegurado porta-a-porta, tendo sido esclarecido que assim acontece.

Aproveitou ainda para salientar a importância do recurso a candidaturas para financiamento dos diversos investimentos municipais, considerando fundamental que a população compreenda que cada candidatura possui objetivos e regras próprias, não sendo possível afetar livremente esses recursos a outras finalidades. Sugeriu ainda que fosse analisada a possibilidade de, durante o período de verão, serem criados circuitos alternativos para o transporte de crianças de outras freguesias até à Praia Fluvial da Ronqueira.

Em resposta, o Senhor Presidente esclareceu que a criação de novos circuitos de transporte é sempre possível, mas implica um aumento significativo dos custos suportados pelo Município, sobretudo em territórios de baixa densidade populacional, onde a taxa de



CÂMARA MUNICIPAL

ocupação dos veículos é reduzida. Referiu que, por esse motivo, soluções como o serviço SitFlexi se revelam frequentemente mais eficientes e economicamente sustentáveis.

Aproveitou igualmente para reforçar a importância do financiamento comunitário para os investimentos municipais, salientando que muitos dos equipamentos e infraestruturas existentes no Concelho apenas foram possíveis graças à obtenção de fundos nacionais e europeus, realidade comum aos municípios de baixa densidade.

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente submeteu o assunto à votação.

Deliberação n.º 350 - Presente a informação n.º 03/GEFEJ/2026, datada de 21 de julho, elaborada pela Senhora Vereadora da Educação, Formação e Empreendedorismo Jovem, Susana Mendes, referente ao Plano de Transportes Escolares para o ano letivo 2026/2027 e respetivo anexo, documentos que se dão por reproduzidos.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, a organização e controlo dos transportes escolares são da competência das câmaras municipais da área de residência dos alunos, definindo-se o plano de transporte escolar como o instrumento, a nível municipal, de planeamento da oferta de serviço de transporte entre o local da residência e o local dos estabelecimentos de ensino da rede pública, frequentados pelos alunos da educação Pré-Escolar, do Ensino Básico e do Ensino Secundário. Pelo disposto no n.º 1, do artigo 21.º do mesmo diploma, a aprovação do plano de transporte escolar é da competência da câmara municipal, após discussão e parecer do Conselho Municipal de Educação.

Para cumprimento do mesmo, informa-se que o Conselho Municipal de Educação de Tábua, reuniu no dia 20 de julho de 2026, tendo emitido, por unanimidade, parecer favorável ao Plano de Transportes Escolares para o ano letivo 2026/2027.

Face ao teor da referida informação e prestados os devidos esclarecimentos, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, com 7 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, aprovar nos termos do n.º 1, do artigo 21.º, do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, o Plano de Transportes Escolares para o Ano Letivo 2026/2027 e respetivo Anexo, conforme disposto nos documentos reproduzidos.

AÇÃO SOCIAL



CÂMARA MUNICIPAL

9. ATRIBUIÇÃO DAS BOLSAS DE ESTUDO AO ENSINO SUPERIOR – LISTAGEM DEFINITIVA – ANO LETIVO 2025/2026

O Senhor Presidente apresentou o **ponto relativo à listagem definitiva para atribuição de bolsas de estudo ao ensino superior, recordando** que a listagem provisória já havia sido apreciada em reunião anterior da Câmara Municipal. Salientou que todo o procedimento foi conduzido pelos serviços de Ação Social, garantindo o anonimato dos candidatos através da identificação por número de candidatura, e referiu o esforço desenvolvido pelo Município para apoiar o maior número possível de estudantes elegíveis.

A Senhora Vereadora Dra. Susana Mendes informou que, após a aprovação da listagem provisória, decorreu o período de audiência dos interessados, durante o qual foi apresentada uma reclamação. Esclareceu que a mesma foi analisada pelos serviços, não tendo produzido qualquer alteração ao resultado, por não reunir os fundamentos previstos para o efeito.

Acrescentou que foram apreciadas 23 candidaturas, tendo sido consideradas elegíveis 13, correspondendo à atribuição de bolsas de estudo no montante global de 9.250,00 € nos termos da informação técnica apresentada.

Não havendo pedidos de esclarecimento ou outras intervenções, o Senhor Presidente submeteu o assunto à votação.

Deliberação n.º 351 – Presente a Informação n.º 03/2026 do Técnico Superior Pedro Cardoso, relativa ao procedimento de atribuição de Bolsas de Estudo ao Ensino Superior para o ano letivo 2025/2026, acompanhada da lista definitiva dos/as candidatos/as, ordenada alfabeticamente (Anexo I), nos termos do artigo 18.º, conjugado com o n.º 4, do artigo 15.º, do Regulamento Municipal para a Atribuição de Bolsas de Estudo ao Ensino Superior, documento que se dá por reproduzido, onde consta que foi deliberado atribuir-se treze Bolsas de Estudo a estudantes do Ensino Superior, que reúnem as condições de elegibilidade previstas para a atribuição do apoio.

Decorrido o período de audiência de interessados, foi apresentada uma reclamação pelo titular da candidatura n.º 10, solicitando a reapreciação do processo. Analisados os fundamentos invocados na pronúncia apresentada, concluiu-se não existirem elementos novos suscetíveis de alterar a avaliação efetuada, mantendo-se a proposta de não elegibilidade da candidatura, por incumprimento do requisito previsto no artigo 6.º do citado



CÂMARA MUNICIPAL

Regulamento, uma vez que o rendimento per capita do agregado familiar do candidato excede 80% do valor do Indexante dos Apoios Sociais (IAS) em vigor.

Prestados os devidos esclarecimentos, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, com 7 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, aprovar a lista definitiva das candidaturas à atribuição de bolsas de estudo ao ensino superior, nos termos do n.º 2 do artigo 18.º, conjugado com o n.º 1 do artigo 15.º, do Regulamento Municipal para a Atribuição de Bolsas de Estudo ao Ensino Superior.

Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, declarou encerrada a reunião às dezasseis horas e cinquenta minutos, tendo sido aprovada a minuta da ata por unanimidade.

E eu, Sofia Isabel Macedo Andrade, Técnica Superior, servindo de Secretária, a redigi e também assino.

O Presidente da Câmara,

[Assinatura Qualificada]
Ricardo Manuel Oliveira
da Silva Cruz

Assinado de forma digital por
[Assinatura Qualificada] Ricardo
Manuel Oliveira da Silva Cruz
Dados: 2026.10.13 15:24:42
+01'00'

A Secretária,

Assinado por: **Sofia Isabel Macedo Andrade**
Num. de Identificação: 11363913
Data: 2026.10.13 14:46:45+01'00'